



Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente Lucas Sekas/UOL

Salles foca agenda no agronegócio e deixa ambientalistas de lado

Folha analisa agenda oficial dos oito meses de gestão do ministro à frente do Ministério do Meio Ambiente

Danielle Brant e Philippe Watanabe

BRASÍLIA E SÃO PAULO Nos mais de oito meses à frente do Ministério do Meio Ambiente, Ricardo Salles se reuniu com líderes do agronegócio, madeireiros, petroleiros e até representantes da indústria farmacêutica e de rede de supermercados. No mesmo período, oficialmente, só dedicou duas reuniões para atender a organizações com pauta ambientalista: WWF-Brasil e a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura.

Essas reuniões são importantes porque servem de amparo à formulação de políticas públicas para o meio ambiente, segundo especialistas ouvidos pela reportagem.

Na agenda pública do ministro, analisada pela Folha, parte considerável das audiências de Salles foi destinada a membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) — foram 54 encontros com deputados e senadores da frente, alguns deles figurinas repetidas em diversas ocasiões.

Ex-coléga da época em que Salles foi secretário de meio ambiente do governo de Geraldo Alckmin, Arnaldo Jardim, do Cidadania, foi recebido em quatro ocasiões pelo ministro. Jardim foi secretário de Agricultura do tucano e vice-presidente da FPA.

Outra figura constante na agenda de Salles foi o senador e membro da FPA Márcio Bittar (MDB-AC), também recebido quatro vezes pelo ministro. Uma das reuniões, com a presença do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), ocorreu em 16 de abril, mesmo dia em que os parlamentares apresentaram um projeto de lei que buscava o fim da reserva legal em propriedades privadas — área que não pode ser desmatada. A proposta de Bittar e de Flávio Bolsona-

ro foi retirada pelos autores no último dia 15 de agosto.

O deputado Alan Rick (DEM-AC), pastor evangélico, membro da FPA e coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, é outro frequente na agenda de Salles, com três reuniões oficiais.

Executivos de multinacionais do petróleo e mineração, como a anglo-holandesa Shell (uma vez), a anglo-australiana BHP Billiton (uma vez) e a brasileira Vale (três vezes), também foram recebidos por Salles, que participou ainda de eventos do agronegócio, da indústria cimenteira e do Seconv, sindicato da habitação.

As reuniões com ONGs — são raras na agenda de Salles, o que difere de governos anteriores.

“Eu recebia mensalmente ONGs de preservação, como SOS Mata Atlântica, ISA”, diz Carlos Minc, ministro do Meio Ambiente durante parte do governo Lula. O ex-ministro também fala que mantinha contato com empresas e representantes do agronegócio. “Em 2008, assinamos com o pessoal da soja a moratória. Nos comprometíamos a dar o selo verde para

exportar para EUA e Europa, e eles não comprariam soja de área de desmatada.”

Organizações consultadas pela Folha se queixam e veem pouca abertura ao diálogo no ministério. Criticam também o desmonte de conselhos ambientais. Continuam ativos os criados por lei, enquanto alguns dos mais importantes, como os que geriam o bilionário Fundo Amazônia, foram extintos.

A retórica de Salles, alinhada à do presidente Bolsonaro, também é alvo de reclamações. Nas queimadas na Amazônia, que provocaram atritos com países europeus, o capitão reformado afirmou, sem provas, que ONGs seriam suspeitas de causarem o fogo.

“Nós não pedimos [reunião]. Esse primeiro passo normalmente quem dá é o próprio ministro. Por exemplo, com o Sarney Filho, assim que ele assumiu, uma ou duas semanas depois, ele chamou uma reunião com toda a sociedade civil, fez uma agenda e isso foi constante”, diz Márcio Astrini, coordenador de políticas públicas do Greenpeace.

Em janeiro, logo após assumir, Salles determinou a suspensão, por 90 dias, da execução de comêncios e termos de parcerias que o ministério e autarquias subordinadas ao MMA (Ministério do Meio Ambiente) tinham com ONGs.

Em maio, após analisar somente um quarto dos contratos do Fundo Amazônia (financiado por Noruega e Alemanha), Salles afirmou ter encontrado irregularidades. O fundo, contudo, passa por auditorias externas anuais e em 2018 passou por análise pelo TCU (Tribunal de Contas da União). Além disso, cerca de 60% das verbas do fundo são usadas por entes públicos.

Outras entidades, como a Abong (associação brasileira de ONGs), até tentaram

se aproximar do ministério, afirma Mauri Cruz, da diretoria da entidade. Segundo ele, a associação tentou abrir diálogo por meio do general Carlos Alberto Santos Cruz — que foi demitido da Secretaria de Governo em junho.

“Passamos três meses tentando sentar com o governo para debater a medi da provisoriedade 870 [que continha dispositivo para monitorar a atividade de ONGs, que acabou caindo]. Não houve reunião nenhuma. O governo não tem nenhum interesse em diálogo”, afirma Cruz.

“Do nosso lado, há um certo cansaço em tentar abrir portas no estado quando um gestor não dá sinais de que quer conversar”.

Na SOS Amazônia, a diretoria ainda é tentar uma interlocução com o ministério e com técnicos do MMA. Miguel Scarcello, diretor executivo da ONG, diz que vai “tomar coragem na próxima semana” para enviar ao ministério uma carta de apresentação sobre o trabalho realizado pela entidade.

Fundada em 1988, a organização já passou por todos os governos democraticamente eleitos após o fim da ditadura militar. Os dois mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso são considerados por Scarcello o período com melhor diálogo e com mais parcerias viabilizadas.

Na falta de ponte com o MMA, o diretor da SOS Amazônia vê em outra pasta, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), mais chances de aproximação.

“Nosso foco de trabalho está mais em unidades de conservação, e a ministra Tereza Cristina trouxe para si o tema de agricultura familiar. O Mapa pode ser mais favorável, até porque agora eu não conheço ninguém no MMA com quem possa conversar”, diz Scarcello.

Cruz, da Abong, também vê na titular do Mapa mais apreço por temas ambientais. “Ela representa o agronegócio consolidado e que tem negócios internacionais. Está preocupada com uma agenda ambiental, porque o descumprimento da agenda ambiental fecha mercados”, diz.

Já Salles, afirma, defenderia os interesses do “baixo clero” do agronegócio. “Ele representa uma parcela da sociedade que não tinha sido incluída, como madeireiros, que acha que o ambiente restringe o crescimento”.

A questão urbana, alardeada pelo MMA sob Salles, fica clara na agenda oficial do ministro, com encontros com associações de empresas de embalagens, de tratamento de resíduos e efluentes e entidades ligadas à reciclagem.

A Folha procurou a assessoria do ministro Salles para esclarecimentos sobre os critérios usados na construção da agenda e como as reuniões influenciariam na formação da política ambiental do governo, mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem.

Bolsonaro muda decreto e proíbe queimadas só na Amazônia Legal

SÃO PAULO Neste sábado (30), o presidente Jair Bolsonaro (PSL) alterou o decreto assinado por ele na última quarta-feira (28) que proibia, por 60 dias, queimadas em todo o território do país. Com a mudança, a proibição ficou restrita à Amazônia Legal — área que abrange toda a região Norte, além de parte dos estados de Mato Grosso e Maranhão.

O decreto, publicado em edição extra do Diário Oficial da União, diz que o emprego do fogo pode ser feito em “práticas agrícolas, fora da Amazônia Legal, quando imprescindíveis à realização da operação de colheita, desde que previamente autorizada pelo órgão ambiental estadual”.

A proibição das queimadas é uma resposta aos incêndios que atingem a região amazônica e se transformaram em uma crise internacional de imagem do governo brasileiro.

Nas últimas semanas, as queimadas no Brasil — que Bolsonaro, sem provas, afirmou que poderiam ter sido feitas por ONGs — ganharam os noticiários internacionais e atraíram olhares de fora para o país.

Emmanuel Macron foi um dos líderes a se posicionar sobre o assunto, o que acabou levando a uma troca de acusações entre Bolsonaro e o mandatário francês — o presidente brasileiro chegou a ofender, em redes sociais, a primeira-dama da França, Brigitte Macron.

O governo também rejeitou parte da ajuda internacional oferecida para combater as queimadas: Bolsonaro chamou de esmola os US\$ 20 milhões de dólares (R\$ 83 milhões) oferecidos pelos países do G7 e anunciada por Macron.

O presidente brasileiro chegou a falar que só aceitaria o dinheiro caso Macron pedisse desculpas por ter dito que o mandatário brasileiro mentiu e se retratasse da sua proposta de discutir um estatuto internacional para a floresta amazônica.

Um auxílio de 10 milhões de libras (cerca de R\$ 50,6 milhões) proposto pelo Reino Unido, contudo, foi aceito.

O governo informa que a proibição das queimadas é “excepcional e temporária” e tem como objetivo proteger o meio ambiente.

A proposta de decreto foi encaminhada ao Palácio do Planalto pelo ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente).

No último fim de semana, Bolsonaro afirmou que as queimadas são comuns e quase uma “tradição” em algumas regiões do país.

“O pessoal mesmo faz essa queimada. É quase uma tradição. Não é apenas educar, não é fácil. Lá [na Ama-

zônia] são 20 milhões de habitantes. Depende, em parte, do incentivo do estado nesse sentido”, disse no sábado (24).

O decreto é parte de um pacote que o governo Bolsonaro pretende formalizar na semana com medidas destinadas ao meio ambiente. O propósito é demonstrar internamente e para o exterior que o atual gestão não é leniente com as queimadas na Amazônia.

Ibama é alvo de tiros perto de área indígena no Pará

ALTAMIRA (PA) E SÃO PAULO REUTERS Uma equipe de fiscalização do Ibama foi alvo de tiros por parte de garimpeiros durante operação de fiscalização na sexta (30), perto da Terra Indígena Ituna/Itatá, em Altamira, no Pará. Agentes da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança Pública, que davam apoio à operação, revidaram.

Ninguém ficou ferido na troca de tiros, e os garimpeiros, que se esconderam na mata, não foram presos.

O Ibama destruiu duas retroscavadeiras e três motores usados no garimpo, segundo Hugo Loss, coordenador do Ibama responsável pela operação.

Loss diz que o desmatamento tem aumentado significativamente na região, especialmente nessa reserva indígena.

De acordo com Loss, um aumento expressivo da grilagem de terras na área indígena impulsionou a alta de desmate na reserva Ituna/Itatá que, segundo o Funai, é destinada a índios isolados, engloba os municípios de Altamira, Anapu e Senador José Porfírio e ocupa uma área de 142.402 hectares.

O garimpo, alvo da operação desta sexta, fica a cerca de 50 km da área indígena, disse o coordenador do Ibama.

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) é crítico ferrenho da demarcação de terras indígenas, que, segundo ele, visam “inviabilizar” o Brasil.

Com a pressão internacional sobre o Brasil por causa da Amazônia, Bolsonaro editou um decreto de garantia da lei e da ordem para que militares das Forças Armadas ajudem no combate às queimadas na floresta. O governo também enviou a Força Nacional de Segurança Pública para auxiliar no combate ao desmatamento.

Loss afirma que, com essas duas medidas do governo, as equipes de fiscalização do Ibama voltaram a ter condições de realizar operações no Pará.

Aparelhos Auditivos

com até 5 anos de garantia

Conheça nos so novo lançamento:
Styletto Connect.

Agende seu teste gratuito:
www.queorovirbem.com.br/audidrive

- Alphaville (0) 4032.9290
- Alto de Lagoa (0) 2308.7524
- Brooklin (0) 34.57.7901
- Centro (0) 3224.7250
- Higienópolis - Medical Center (0) 2308.7452
- Higienópolis - Para (0) 3355.2910
- Itaim Bibi - Branded Realista (0) 2372.9395
- Itaim Bibi - Tabapuá (0) 3702.9068

- Jardim (0) 2524.3764
- Moema (0) 25.64.7011
- Morumbi (0) 2396.0894
- Osasco (0) 4216.9333
- Santana (0) 2798.6200
- Higienópolis - Para (0) 3355.2910
- São José dos Campos (0) 320.4.6004
- Tabapuá (0) 2339.9407
- Vila Maracanã (0) 2996.4345

Agende seu teste gratuito:
4007.2366 Capitais e Regiões Metropolitanas
0800 001 4050 Demais Regiões

Meio de 300 pontos de atendimento em todo o Brasil.

Comunicare
Aparatos Auditivos
www.queorovirbem.com.br

OXIDEX
Aparatos Auditivos

rigina
Aparatos Auditivos

Fonoaudióloga responsável: Patrícia Coradini, CRF: 8407. Consulte seu médico. Imagens meramente ilustrativas.

“Eu recebia mensalmente ONGs de preservação, como SOS Mata Atlântica, ISA (Instituto Socioambiental)

Carlos Minc ministro do Meio Ambiente durante parte do governo Lula